A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DA INCLUSÃO E DO ACOLHIMENTO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Daniel Antônio Fernandes de Oliveira[1]

INTRODUÇÃO

O debate sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual nas escolas brasileiras é de extrema importância, visto que poderemos pensar em uma escola e em uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para as diferenças baseadas nas sexualidades e nos gêneros. Partindo do princípio de que o conhecimento liberta as mentes de preconceitos, o presente artigo trata e defende o ensino dessas temáticas no ensino básico brasileiro, visando o aprendizado crítico dos alunos, para a formação de cidadãos capacitados para lidarem melhor com as diferenças, incluindo-as e acolhendo-as na sociedade. Nesse prisma, o artigo se amparou nas diversas legislações educacionais brasileiras que ratificam o ensino de gênero, identidade de gênero e orientação sexual como guia para pensarmos em práticas pedagógicas que tragam, cada vez mais, para a sala de aula, essas temáticas.

Para que a educação cumpra o seu papel social, faz-se necessário a aplicação de métodos pedagógicos que partam do cenário social, ou seja, o ensino de gênero, identidade de gênero e orientação sexual não deve ser alienante. Dessa forma, as escolas devem conhecer a importância que esses debates exercem, tanto no meio social quanto no meio escolar, para que o ensino possa ser, de fato, uma ferramenta de inclusão e acolhimento da diversidade. Como proposta para o debate dessas temáticas nas escolas, o artigo apresenta a literatura como uma oportunidade lúdica de aprender, ou seja, por meio da leitura das diferentes narrativas literárias que abordam, por

[1] Graduando em Letras Português e sua respectiva literatura pela Universidade de Brasília (UnB), DF. E-mail: Daniel.afo2009@gmail.com.

exemplo, a temática de gênero, os docentes podem aproveitar a oportunidade para debater com alunos sobre as problemáticas que tangem o tema.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Ao realizar a pesquisa sobre a temática do ensino de gênero, identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, para este artigo, deparei-me com certos questionamentos que tentarei responder ao longo do texto. Algumas dessas questões seriam: Por que discutir gênero, identidade de gênero e orientação sexual nas escolas? Quais documentos e legislações, referentes a área da educação, reforçam o ensino de gênero nas escolas? Quais são os objetivos a serem alcançados, por meio desse ensino? A docência está capacitada para trabalhar com essas temáticas na escola? E, por fim, mas não menos importante, como a literatura pode ser usada como instrumento de inclusão dessas pautas no ensino básico?

Nesse cenário, outras pesquisas já realizadas no âmbito escolar esclareceram alguns dos questionamentos feitos, visto que elas trouxeram dados e estatísticas importantes para se compreender a realidade da educação básica brasileira e o motivo para o debate desses temas dentro da escola. Pesquisas apontam que

> Só em 2017 foram 445 vítimas do ódio, sobretudo mulheres trans, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o maior número registrado desde que a entidade começou a levantar os dados, 38 anos atrás. A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional mostra ainda que 73% dos alunos LGBTs já foram agredidos verbalmente e 36% fisicamente na escola. (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2018).

Com índices de violência tão elevados, o Brasil foi considerado o campeão de homicídios LGBTs nas Américas no relatório de 2016 da ILGA - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (TREVISAN, 2018). A homofobia presente nas escolas brasileiras também foi denunciada na pesquisa “Juventudes e Sexualidades” da Unesco.

> Em 2004, a Unesco divulgou a pesquisa (...) realizada em 241 escolas públicas e privadas de catorze capitais brasileiras. Revelou-se aí que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter na classe um colega homossexual, enquanto 35,2% dos pais não gostariam que houvesse colegas homossexuais na mesma classe de seus filhos. (TREVISAN, 2018, p. 485).

Percebe-se, portanto, que a escola está longe de ser um ambiente de inclusão da diversidade. Por conseguinte, frente a essa triste realidade de preconceitos, discriminações e homicídios, alguns documentos e legislações do campo educacional tentam trazer, para as escolas, possibilidades de práticas pedagógicas que possam desencadear uma reflexão nos alunos. Por meio dessa intervenção e direcionamento legislativo na educação, documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96 (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação, n.10.172/2001 (Brasil, 2001), as diversas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Resoluções do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, tentam legitimar o debate sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual no meio escolar. Por esse prisma, os pesquisadores Alex Barreiro e Fernando Martins afirmam que

> A defesa da inserção dos estudos de gênero na educação básica brasileira visa não meramente propiciar a livre manifestação de gênero, mas também desenvolver a longo prazo um trabalho de construção da equidade de direitos, partindo das diferenças das identidades e/ ou dos papéis de gênero. Assim, os valores hierárquicos historicamente herdados do patriarcado e que operam para a permanência das desigualdades entre homens e mulheres e entre as atividades masculinas e femininas seriam, pouco a pouco, destituídos do espaço da educação institucional. (2016, p. 97).

Os objetivos a serem alcançados com esse debate nas escolas estão, portanto, relacionados com o respeito, a inclusão e o acolhimento da diversidade, o bom convívio social e o questionamento crítico de certos padrões sociais que desencadeiam os preconceitos, como, por exemplo, por que meninos brincam de bola e meninas de boneca? As meninas podem brincar de bola? Os meninos podem brincar de boneca? Por que o menino tem que vestir azul e a menina deve vestir rosa? Quem criou essas regras sociais?

Por conseguinte, as pesquisadoras Claudia Vianna e Sandra Unbehaum ratificam uma ideia que está presente em todos os documentos analisados: a reprodução estereotipada dos gêneros deve ser questionada nas escolas, visto que "a construção da identidade de gênero e da própria sexualidade extrapola a mera configuração biológica dos seres humanos" (2016, p. 413).

Além dessas finalidades, a LDB também traz como meta principal as condições de igualdade para o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Entretanto, essa meta está longe de ser alcançada com altos níveis de evasão escolar de jovens LGBTs, que não encontram um espaço de segurança no ambiente escolar e que, infelizmente, também não encontram esta segurança no meio social. Por meio desse amparo legislativo no campo educacional, o debate de gênero nas escolas possui um claro objetivo: erradicar os preconceitos que são bases para o machismo, a homofobia, a transfobia e a misoginia.

Dessa maneira, esses documentos orientam os docentes a terem uma visão mais crítica e empática em relação aos assuntos que tangem a sexualidade e o gênero no âmbito escolar. Para isso, a Resolução CNE/CP n.º 01, de 15 de maio de 2006 prevê, em seu artigo 5º, que o professor egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza, étnico-racial, de gêneros, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (BRASIL, 2006). Além disso, para que o debate sobre essas temáticas ocorra de forma crítica e compreensível para cada nível de ensino, a Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Educação, de 14 de dezembro de 2010, em seu artigo 16º, parágrafo terceiro, ampara os docentes com o apoio de materiais específicos que possam ajudá-los em suas práticas pedagógicas, haja vista que

> Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a **eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos** e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente. (BRASIL, 2010, seção 1, p. 34, grifos

nossos).

A docência, entretanto, não está inteiramente preparada para tratar desses assuntos em sala de aula, pois os estudos que permeiam a temática de gênero, identidade de gênero e orientação sexual não são priorizados na formação docente. Na mesma pesquisa "Juventude e Sexualidades" da Unesco, citada anteriormente, "60% das/dos professoras/es consultadas/os afirmaram não estar aptas/os a lidar com a homossexualidade na sala de aula" (TREVISAN, 2018, p. 485). Por conseguinte, a necessidade de repensar a formação docente e a sua formação continuada, para capacitar futuros educadores a lidarem com essas temáticas pertinentes a subjetividade e identidade de todos alunos, é mais do que importante, é essencial. Por meio dessa forma, a escola praticará uma inclusão mais efetiva da diversidade, haja vista que os docentes estarão mais preparados para lidar com essa temática.

Nesse contexto, é por meio do trabalho crítico dos docentes, formadores conscientes de futuros cidadãos, que certos comportamentos preconceituosos da sociedade poderão ser repensados, visto que, de acordo com Içami Tiba (2002), educar uma criança a respeitar e lidar com a diferença é mais fácil do que ensinar um adulto a mesma lição. Lembremos que as crianças de hoje serão os adultos de amanhã, ou seja, se a escola se omite sobre a temática de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, ela está ensinando que as violências, os preconceitos e as desigualdades que ocorrem na escola e na sociedade podem continuar acontecendo.

Como forma de intervenção, tanto de renúncia ao ensino, quanto de falta de preparo da docência para o debate de gênero nas escolas, a literatura pode ser usada como instrumento de inclusão dessas temáticas no meio escolar. As histórias literárias abordam diversas narrativas que tratam sobre as temáticas de gênero, identidade de gênero e orientação sexual de diferentes formas e maneiras. Por meio dessas narrativas, os alunos são convidados a entender, de forma lúdica, que a diferença faz parte da humanidade, pois ser diferente é ser humano. Além disso, as narrativas

literárias possuem o efeito de desenvolver empatia, ou seja, os alunos, ao lerem estas narrativas, podem compreender as dores e as dificuldades de diversos grupos sociais.

Nesse contexto, as pesquisadoras Letícia Lima e Maria da Glória resumem, de forma cativante, a ideia principal do impacto que essas narrativas podem exercer na formação cidadã dos alunos, visto que,

> Além de humanizar no sentido de fazer o leitor enxergar o outro, o qual é diferente dele, a literatura humaniza na medida em que faz o leitor adquirir uma percepção maior de si mesmo, o faz enxergar suas mazelas e buscar ser um ser humano melhor. Pode-se afirmar, nesse sentido, também, que a imagem realista da vida que a obra traz, mais do que a imaginação, caminha na via de humanização. (LIMA & MAGALHÃES DOS REIS, 2016, p. 43 apud MENDONÇA, 2018, p. 10)

Desse modo, por meio da leitura e do debate nas escolas sobre essas temáticas abordadas ao longo do artigo, espera-se que os alunos aprendam a compreender, incluir e acolher as diferenças tanto na escola, quanto no meio social.

CONSIDERAÇÕES

Conclui-se, portanto, que diversas outras práticas pedagógicas podem ser desenvolvidas no intuito de trazer o debate sobre gênero para a sala de aula, através das leituras de obras literárias que abordam esses assuntos. Nesse sentido, pesquisas que demonstrem e comprovem as melhores formas de trabalhar essas temáticas por meio da literatura devem ser realizadas e divulgadas para a comunidade docente. Além disso, outros estudos que mostrem o impacto do ensino de gênero nas escolas também devem ser feitos, visto que, por meio dessas pesquisas, ter-se-á um amparo científico que comprove que o preconceito pode ser combatido por meio da educação. Dessa forma, a principal intenção almejada no debate sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual nas escolas é a formação de cidadão críticos que possam incluir e acolher a diversidade, tanto nas escolas, quanto

na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, A.; MARTINS, F. H. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. **Leitura**: Teoria e Prática, São Paulo, v.34, n.68, p.93-106, set./dez. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n.º 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio. 2006. Seção 1, p. 11-12.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE n.º 07, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 2010. Seção 1, p. 34-47.

MATUOKA, I. Por que a escola brasileira precisa discutir gênero e orientação sexual. **Educação Integral**, 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-a-escola brasileira-precisa-discutir-genero-e-orientacao-sexual/>. Acesso em: 5 maio 2021.

MENDONÇA, G. A. B. **Importância da literatura contemporânea de temática LGBT para a educação**. 2018. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TIBA, I. **Quem ama, educa!** 165ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso** - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006